

FH quer começar reforma por pontos polêmicos

BRASÍLIA — O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso pretende aproveitar a força política do início de seu governo para tentar aprovar as reformas constitucionais que ele considera prioritárias, incluindo propostas polêmicas como a reforma tributária e a flexibilização dos monopólios. Para aliados do futuro Governo, nos primeiros meses Fernando Henrique terá muita força — reflexo de sua vitória no primeiro turno.

O problema é que o consenso entre os partidos termina na lista dos temas que devem ser modificados na Constituição, como os sistemas tributário, fiscal e previdenciário, além do pacto federativo. Não há acordo fechado sobre as melhores propostas para cada tema. Mesmo assim, a estratégia de Fernando Henrique é usar o respaldo de um Governo recém-eleito para tentar garantir a aprovação das propostas elaboradas por sua equipe. O governador eleito de São Paulo, Mário Covas (PSDB), aplaude essa estratégia:

— Fernando Henrique deveria apresentar todas as suas propostas de reforma no início do governo e

enviá-las separadamente. Sair de uma eleição prestigiado lhe dá força. Em política, quem comanda é o voto. Se demorar muito para apresentar o que quer, esgota o cacife.

A questão que mais tem causado divergências entre as reformas a serem propostas pelo futuro Governo é a tributária. O governador eleito do Rio Grande do Sul, Antônio Britto (PMDB), acha que a prioridade agora será negociar esse ponto:

— A reforma tributária é duplamente a mais complexa: está no estágio mais atrasado de negociação e há várias propostas. Temos agora que priorizar as conversas sobre isso. O Governo entrará agora na sua fase mais difícil, que é decidir quais propostas serão apresentadas, e isso exige muita negociação. Na primeira fase, que foi a de convencer todos a serem favoráveis às reformas, Fernando Henrique foi nota dez.

Por enquanto existe a tendência de a reforma do Estado ser o primeiro projeto a ser apresentado pelo novo Governo. Na opinião do governador eleito do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), somente com essa decisão o

Governo poderá estipular seus limites para fazer a reforma tributária:

— Se você souber o tamanho do Estado e suas atribuições, terá condições de saber como será a reforma tributária.

Fernando Henrique já começou a organizar em casa aquilo que pretende estabelecer como rotina no Planalto: a tradicional reunião das 9h, uma prática adotada pelos Governos militares retomada por Collor. A "reunião das nove" agrupa os chamados "ministros da Casa" — os mais importantes para a tomada de decisões do presidente — e a chefia de Gabinete da Presidência. No caso do presidente eleito, três nomes são fixos nessas reuniões: o economista Paulo Renato Souza, o assessor Eduardo Jorge Caldas e o atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda Clóvis Carvalho, numa demonstração clara de quem serão os ministros palacianos. Outros, como o secretário-geral do PSDB, Sérgio Motta, o deputado Nelson Jobim e o assessor Eduardo Graef também são convidados — mas não todos os dias.

Arquivo



Fernando Henrique: prestigiado